

Rolagem da dívida passa na Câmara e vai ao Senado

Em uma sessão tumultuada, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, por voto simbólico, o projeto de refinanciamento da dívida de quase 70 bilhões de dólares dos estados e municípios. Foi mantido o texto final apresentado pelo Governo, acertado com as lideranças do PMDB, PDT e do bloco governista, que prevê a rolagem da dívida em 20 anos. O número de prestações, entretanto, passou a ser de 80, o que resultará no pagamento de quatro parcelas anuais. Os estados que não conseguirem reduzir o tamanho de sua dívida a menos de 15 por cento da receita bruta, em 20 anos, poderão prorrogar o financiamento por mais dez anos. O projeto será ainda submetido ao

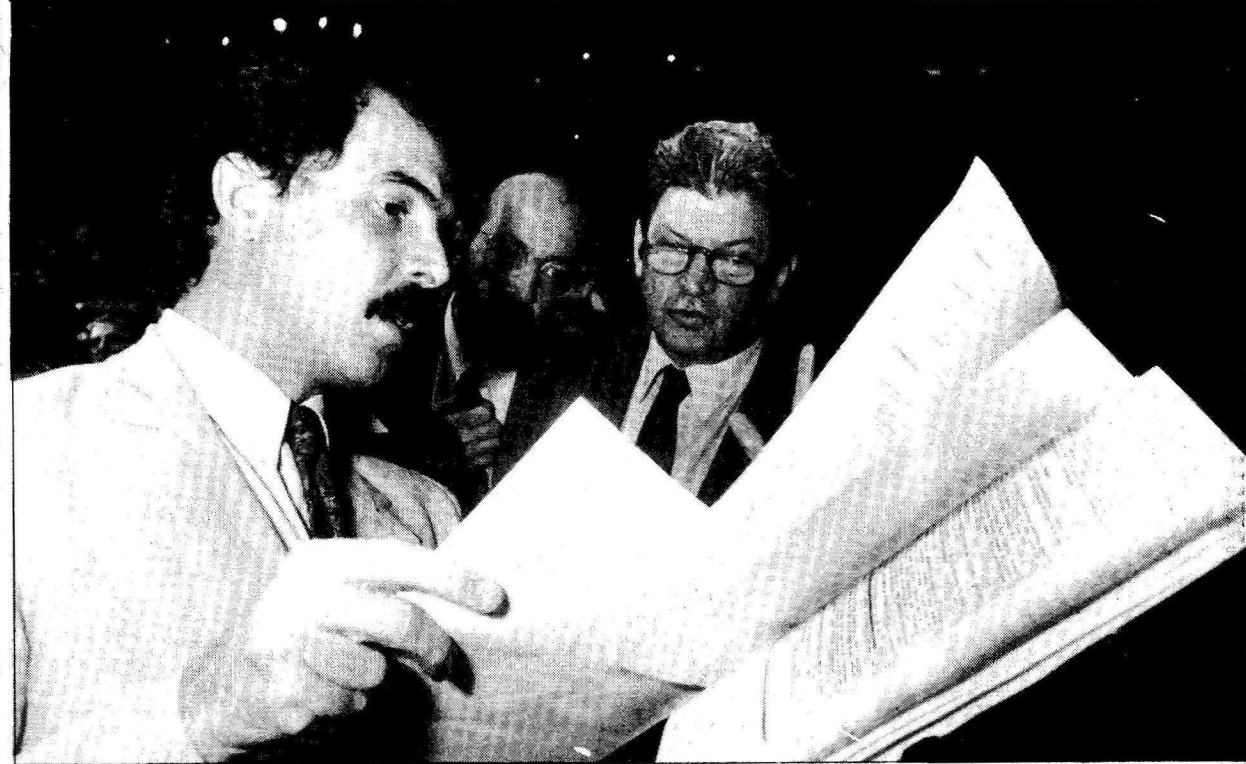
Senado, antes de ser encaminhado à sanção do presidente Collor.

Por um acordo entre os líderes, ficou acertado antes da sessão que poderiam ser requeridas durante a votação apenas cinco votações nominais, de forma a não haver obstrução dos trabalhos. Com a rejeição pelo plenário do substitutivo do deputado José Serra (PSDB-SP), endossada pelo PT e PDS, o texto do Governo acabou sendo aprovado por voto simbólico. O plenário rejeitou todas as emendas, mantendo apenas um destaque, cuja primeira assinatura foi da deputada Ângela Amin (PDS-SC), que estabelecerá uma compensação para os estados que não possuem dívidas em atraso. Dos 26 estados, apenas

quatro — Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo e Ceará — estão com suas finanças equilibradas.

O projeto aprovado ontem prevê que todos os débitos dos estados e municípios serão transferidos para a União. Em troca, o Tesouro Nacional receberá títulos especiais emitidos pelo Estado no valor da dívida renegociada. Os governadores e prefeitos que aderirem ao acordo ficarão obrigados a assinar uma carta de compromisso com a União, pela qual terão que limitar seus gastos com pessoal a 60 por cento da receita bruta e comprometer um teto de 15 por cento do mesmo bolo no pagamento da dívida. O prazo de refinanciamento é de 20 anos.

JEFFERSON PINHEIRO



Mercadante, do PT, discute com o líder do Governo, Humberto Souto: voto simbólico decide